



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul Estado do Pantanal. Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Antonio Vaz e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Três da Trigésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 168.0.073.0075/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 395, 480, 494 e 504/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.1629/2024, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofício nº 79.536/2024, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte; Ofício nº 57/2024, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 741/2024, da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 5.650, 5.658, 5.663, 5.667, 5.693, 5.785, 5.801, 5.823, 5.827 e 5.891/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 92/2024, da Andorinha; Ofício nº 10/2024, da Cassems. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Zeca do PT, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Paulo Duarte, Gleice Jane, Coronel David, Junior Mochi e Gerson Claro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Caravina, João Henrique, Renato Câmara. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 68/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Lei nº 70/2024, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Lei nº 77/2024, de autoria do deputado Caravina. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 213/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos familiares de Dinho Vital; requerimento de moção de aplauso, de autoria da Casa, endereçada ao senhor desembargador Júlio Roberto Siqueira Cardoso, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, pela sua honrosa aposentadoria, após uma carreira marcada pelo compromisso inabalável com a justiça e pela dedicação incansável ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de agradecimento, de autoria do*



deputado João Henrique, endereçada ao Senado Federal, em nome do Excelentíssimo Senhor Presidente, senador Rodrigo Pacheco, e à Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente, deputado Arthur Lira, pelo apoio oferecido ao Conselho Federal de Medicina. A deputada Gleice Jane pediu para constar seu voto contrário ao referido requerimento. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao cabo PM Anthony Romero Fernandes Pires e ao soldado PM Paulo Sergio Guesdes Neto, pelo ato de bravura ao realizarem o atendimento da ocorrência de 04 de Janeiro de 2024, no bairro Conjunto Residencial Estrela do Sul, no município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Comitê de Defesa Popular de Dourados, extensiva a todos os sindicatos e movimentos sociais envolvidos na organização do evento especial na Praça do Cinquentenário no dia 1º de maio de 2024, pelo evento cultural que eles promoveram no Dia do Trabalhador: o Samba dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, com atrações como Ana Paula Lopes e Pagodireito; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada à senhora juíza federal Raquel Domingues do Amaral, pesquisadora de Ética Ecológica, dos Direitos da Natureza e Justiça Restaurativa Ambiental, e ao senhor João Salm, professor associado de justiça criminal na Governors State University (GSU), Chicago, pela realização do II Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente, nos dias 08 e 09 de maio de 2024. Indicações, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Zeca do PT, Caravina, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Lucas de Lima e Renato Câmara. O deputado João Henrique pediu destaque e foi rejeitada a moção de apoio de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Grupo de Teatro "UBU" e seu atual projeto "UBU Trans – Transformando Caminhos e Fronteiras" pela sua determinação e resiliência ao enfrentar os desafios permeados por violência política e censura, além de promover a democratização do acesso à arte e à cultura em toda a região sul-fronteira de Mato Grosso do Sul, Protocolo nº 1.442/2024. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatorze de maio do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o nobre deputado Paulo Duarte, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, presentes a esta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 15 de maio de 2024: E-mail, do Banco do Brasil, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1021/2024); Ofícios nºs 5.850, 5.859, 5.901, 5.912, 5.916, 5.921, 5.954, 5.958, 5.962 e 5.967/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Jamilson Name, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Marcio Fernandes, Gerson Claro, Gleice Jane, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Caravina, Antonio Vaz, Renato Câmara, Mara Caseiro, Rafael Tavares, Lia Nogueira e Caravina; Ofícios nºs 188 e 190/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo às indicações dos deputados João Henrique e Gleice Jane (Prot. nº 746/2024); Ofício nº 424/2024, da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares (Prot.



nº 3179/2024); Cartas nºs 431 e 432/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz e Caravina (Prot. nº 602, 680/2024); Carta nº 521/2024, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 950/2024). É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Gostaríamos de fazer um alerta aos senhores deputados: vamos procurar manter no Pequeno Expediente, regimentalmente, a apresentação de indicações, de projetos, e deixar para o Grande Expediente e para as Explicações Pessoais os debates políticos mais acirrados. Comunico-lhes também que participa lá nos Estados Unidos, dentro do Brazilian Week, o deputado Paulo Corrêa, representando esta Casa, especificamente num evento chamado MS Day. Oxalá volte de lá nosso colega com muitas boas notícias. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Deixo aqui um abraço para todas as famílias, que hoje é o Dia Internacional da Família. É na família que encontramos o apoio... Trago nesta manhã duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Dourados, senhor Alan Guedes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Obras Públicas, senhor Luís Gustavo, e à diretora-presidente da Agetran, senhora Maria de Souza, solicitando a implantação de sinalizações na avenida José Roberto Teixeira, em especial no cruzamento desta com a rua Osório Nunes Siqueira, no município de Dourados. A proposta atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Weverton Matias. A referida avenida, que serve como acesso primário à unidade de saúde local, tem apresentado uma série de desafios em termos de segurança para os pedestres. A ausência de faixas de pedestres, semáforos e quebra-molas tem criado um ambiente perigoso para aqueles que fazem esse trajeto diariamente, colocando em risco a integridade física e a vida dos usuários da unidade de saúde, bem como dos moradores locais. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Daniel Ingold, diretor-presidente da Iagro, e ao senhor Mauricio Simões, secretário de estado de Saúde, para que seja viabilizada a construção de um Centro de Controle de Zoonoses em Inocência. A proposta atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela senhora Mariene Garcia e pelos senhores Marcos Aparecido, Adeusdante Batista e Robson Pereira. É evidente que as doenças transmitidas por animais, como a raiva, leptospirose e outras zoonoses, representam uma ameaça crescente à saúde da população. A vacinação e a vigilância sanitária de animais são medidas fundamentais para prevenir surtos dessas doenças. A implementação do CCZ contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população, reduzindo os riscos de doenças transmitidas por animais e minimizando os acidentes com animais peçonhentos. É só, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems e pelas redes sociais. Senhor presidente, eu trago dois requerimentos. O primeiro, para solicitar a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, na data de 5 de junho de 2024, das 14 às 17 horas, para o lançamento da Frente Parlamentar Municipalista, instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 061/2024; sendo necessário, ainda, a disponibilização dos seguintes serviços: segurança, transmissão ao vivo pela TV e Rádio Alems, transmissão ao vivo pelas redes sociais da Alems (site, Facebook, Instagram e YouTube), assessoria de imprensa, fotógrafo, serviços de sonorização, taquigrafia, cerimonial, copa, garçom e segurança. Senhor presidente, nós instituímos a Frente Parlamentar Municipalista, assinada por vários parlamentares, a quem agradeço pela parceria, e, na condição de coordenador, nós estamos organizando o lançamento. Gostaria então de convidar os deputados, deputado Marcio, Coronel David, todos, para participar desse lançamento. Algumas pautas já estão surgindo, deputado Paulo Duarte; os prefeitos têm sugerido algumas pautas que gostariam de ver trabalhadas na frente, como a questão do ICMS Ecológico. Os prefeitos sugerem que discutamos alterações do atual modelo. Outro ponto é o fortalecimento da Defesa Civil. Essa situação no Rio Grande do Sul nos convida refletir como que as Defesas Civas dos nossos municípios estariam preparadas para eventuais eventos como esse do sul: é um assunto para ser discutido nessa reunião da frente. Outro ponto: obras e convênios. O estado de Mato Grosso do Sul, através da Seilog, está com vários convênios para obras, para iniciar e já em curso nos municípios, e é importante que a frente parlamentar acompanhe a evolução, a realização dessas obras. Temos também discussões em torno da distribuição do ICMS Educação para os municípios. Essas são algumas pautas que estão sendo discutidas pelos prefeitos e acho importante trazer para esta Casa. Estamos marcando a data de 5 de junho para o lançamento, e, novamente, convido a todos os parlamentares, presidente, para participar. Lógico, isso depois vai fluir em audiências públicas e em reuniões mais estendidas. Para essa primeira reunião, nós vamos convidar a diretoria da Assomasul e os presidentes de consórcio, além dos parlamentares, para que a gente toque nessas pautas; e para que eles possam apresentar também o que precisam de apoio desta Casa de Leis, dentro do âmbito do municipalismo. É um programa importante para o nosso estado, estamos trabalhando o municipalismo aqui nesta Casa e no governo, então nada mais justo que a frente se envolva diretamente nessas pautas dos municípios. O segundo requerimento, presidente, Coronel David, chamo a sua atenção... Eu sei que a Comissão de Segurança, da qual Vossa Excelência é presidente (eu, vice) está acompanhando essa situação do sistema Sigo, que é o Sistema Operacional da Segurança Pública: são matérias na imprensa, dúvidas da população, pedidos de policiais civis, militares. Efetivamente esse sistema é de suma importância para o trabalho da segurança pública. E aí, deputado, há muita especulação acerca do que efetivamente esse sistema comporta, do que que ele pode atender com relação a presídios; já saíram matérias com relação a sistema de bloqueador de celular... Enfim, há muitas dúvidas. Então estou

apresentando esse requerimento: requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando as seguintes informações relacionadas ao Sistema Integrado de Gestão Operacional (Sigo) utilizado pela Polícia Civil, pelas forças de segurança: 1) se recentemente houve renovação de contrato entre a Sejusp e o sistema Sigo e qual o prazo de vencimento; 2) se o sistema Sigo vem cumprindo com os deveres assumidos no contrato; 3) se o contrato vigente entre a Sejusp e o Sigo é emergencial; 4) se há providência sendo tomada pela Sejusp com relação à instabilidade recorrente do sistema Sigo, que vem gerando transtornos à população; 5) se o contrato vigente entre a Sejusp e o Sigo contempla tecnologia para bloqueadores de celulares em presídios... Há uma discussão se contempla ou não contempla, se isto está no contrato, deputado Zeca... e 6) se há previsão de ampliar a possibilidade de registros de boletins de ocorrência on-line. Noutros estados, para vários tipos de boletins de ocorrência de menos gravidade há a possibilidade do registro via on-line; e aqui no estado acho que só dois tipos de boletins de ocorrência podem ser registrados via on-line: extravio de documentos e furto simples. Então são informações que estamos solicitando ao secretário da Sejusp para que possamos nos envolver através da Comissão de Segurança e possamos auxiliar. Acho que o objetivo desta Casa de Leis, da Comissão de Segurança, é auxiliar o estado, para aprimorar serviço prestado à população, para facilitar o trabalho dos policiais, melhorando consequentemente o atendimento da população sul-mato-grossense. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, pessoas que atendem à nossa Sessão na data de hoje. Senhor presidente, eu trago uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja encaminhada a presente moção de congratulação ao Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Querência, que até o presente momento já arrecadou e entregou mais de 870 toneladas de alimentos, água, medicamentos e roupas para os desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul. Justificativa. Os Centros de Tradições Gaúchas são embaixadas da cultura do povo do Rio Grande do Sul. Em uma campanha de grande solidariedade, o CTG Tropeiros da Querência tem sido exemplo de trabalho e generosidade do nosso povo, para nossos irmãos e irmãs que estão sofrendo com as enchentes no Sul brasileiro. Para quem quiser doar, é só levar sua doação na rua Miguel Sutil, 445, Vilas Boas, ou pelo telefone 99866-8817. O patrão do CTG é o meu amigo Mário Cavinato de Melo. Endereço: rua Miguel Sutil, 445, Vilas Boas, Campo Grande. É o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro uma indicação. Indico à Mesa que seja enviado expediente deste Poder ao governador



Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando com urgência a elaboração de projeto técnico que viabilize: 1) a pavimentação asfáltica da estrada de acesso à aldeia Alves de Barros, localizada no município de Porto Murtinho, no trecho de vinte quilômetros que vai da entrada da aldeia até o morro utilizado como mirante na região; 2) encascalhamento da estrada que interliga as aldeias Alves de Barros e Tomásia, localizadas no município de Porto Murtinho, nas terras do povo Kadiwéu; 3) pavimentação asfáltica e a construção de uma ponte de concreto, na estrada de acesso à aldeia São João, localizada no município de Porto Murtinho; 4) pavimentação asfáltica, com realização de desvio de duzentos metros, para contorno de trecho da serra, na estrada que vai do acesso à aldeia Córrego do Ouro até a MS-339, no município de Porto Murtinho. Indicação. Indico à Mesa que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, Washington Willeman de Souza, ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, Humberto de Mello Pereira, e ao coordenador regional da Funai de Campo Grande, senhor Elvis Terena, solicitando com urgência: 1) viabilização de uma patrulha mecanizada, com implementos agrícolas, para atender às necessidades dos agricultores familiares da aldeia São João, localizada no município de Porto Murtinho; e 2) viabilização de uma patrulha mecanizada, com implementos agrícolas, para atender às necessidades dos agricultores familiares da aldeia Alves de Barros, localizada no município de Porto Murtinho. Indicação. Indico à Mesa que seja enviado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa/MS, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando com urgência a elaboração de um projeto técnico para a instalação de rede de energia elétrica, com sistema de energia fotovoltaica, para atender às necessidades básicas da aldeia Córrego do Ouro, localizada no município de Porto Murtinho. Vale ressaltar, senhor presidente, que essas tantas demandas apresentadas em forma de indicação, ao governo do estado, através do secretário Hélio Peluffo, bem como à Energisa, ontem as apresentamos pessoalmente, em reuniões importantíssimas e proveitosas, com um atendimento acima da média do secretário Hélio Peluffo, belíssima figura humana, bem como da Energisa, comandada pelo senhor Marcelo Vinhaes. Senhor presidente, hoje às 14 horas, no Plenarinho, nós vamos fazer uma reunião da Comissão de Agricultura Familiar, Povos Indígenas e Quilombolas; queria então convidar os membros efetivos: deputada Lia, deputado Renato, deputado João Henrique e deputado José Teixeira. Estaremos tratando, senhor presidente, de constituir um grupo de trabalho que seja capaz de interligar as ações, mantendo a individualidade dos órgãos e superintendências relacionados à agricultura familiar, que toca profundamente Vossa Excelência. Estarão presentes a Sesai, a Funai, a Funasa, a Conab, o Inkra, o MDA, o STU, a Agraer e a Secretaria Especial. Portanto, senhor presidente, mais uma vez queria reforçar o convite aos membros efetivos da comissão, para que possamos fazer com que as coisas na agricultura familiar também aconteçam, possamos produzir o alimento de que precisamos. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Junior Mochi.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, todos que prestigiam a nossa Sessão com a sua presença, imprensa, quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma indicação e uma moção. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Luiz Marinho, ministro do Trabalho, à senhora Simone Tebet, ministra do Planejamento, e ao senhor Vander Loubet, deputado Federal e coordenador da bancada federal de Mato Grosso do Sul em Brasília, por cópias autônomas, reiterando indicação anterior, a fim de que sejam envidados todos os esforços no sentido de viabilizar a reabertura da Agência Regional do Ministério do Trabalho em Três Lagoas, destinada a atender a próspera costa leste do estado de Mato Grosso do Sul. É de ressaltar, senhor presidente, que tal medida se faz necessária diante do exponencial aumento de postos de trabalho na região, principalmente com a possibilidade próxima da retomada dos trabalhos da unidade de fertilizantes nitrogenados (UFN 3) em Três Lagoas, que prevê a geração de sete mil novos postos de trabalho no município; e com a implantação da fábrica de celulose do Grupo Arauco, na cidade de Inocência, denominado Projeto Sucuriú, o maior empreendimento de celulose do mundo, com início das obras previsto para 2025, numa cidade com cerca de dez mil habitantes e que absorverá, logo de início, mais de 12 mil novos postos de trabalho, beneficiando cerca de 20 mil famílias em toda a região. Quando concluída a obra, o projeto empregará um contingente de 2.350 trabalhadores, um quarto da população atual, dos quais 550 na planta industrial, entre diretos e indiretos, e mais 1.800 pessoas para atuar na área florestal. Portanto, é extremamente necessária a implantação da Agência Regional do Ministério do Trabalho em Três Lagoas. Também, senhor presidente, registro uma moção de aplauso ao prefeito municipal de Nioaque, senhor Valdir do Couto Júnior, ao Sebrae de Mato Grosso do Sul e à Associação dos Feirantes de Nioaque, pela realização do 1º Festival Gastronômico de Nioaque, evento ocorrido no último dia 11 de maio, no pátio da rodoviária municipal. O festival, um sucesso já na primeira edição, destacou-se pela qualidade dos pratos temáticos oferecidos ao público bem como pela boa música local. Recentemente foi aprovada a Lei nº 6.222, de minha autoria, que conferiu ao município o cognome de "Vale dos Dinossauros", com a proposta de transformar Nioaque num destino turístico temático. A exemplo de outras festas renomadas, como a Festa da Linguça de Maracaju e a Festa do Leitão no Rolete, de São Gabriel do Oeste, o festival trouxe uma nova identidade para o município, destacando seus sítios paleontológicos e sua ligação com os dinossauros. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique... Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 01576/2024, 01575/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01547/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma moção de congratulação (Prot. nº 01577/2024). De autoria do deputado Caravina: dois requerimentos (Prot. nºs 01578/2024, 1570/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 01559/2024); dois requerimentos (Prot. nºs 01562/2024,



01560/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01561/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01563/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01564/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: cinco indicações (Prot. nºs 01553/2024, 01554/2024, 01555/2024, 01556/2024, 01557/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 01566/2024, 01567/2024, 01568/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01569/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 01579/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 01582/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 01565/2024, 01573/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: quatro indicações (Prot. nºs 01548/2024, 01572/2024, 01549/2024, 01550/2024); um requerimento (Prot. nº 01551/2024.) Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputado Zeca do PT... Por inversão, com a palavra, a nobre deputada Gleice Jane. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, deputada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, bom dia, nobres colegas, público presente, quem nos assiste. Quero hoje falar um pouco sobre algo que aconteceu aqui ontem. Semana passada, fiz uso da tribuna, fiz um debate sobre arte, sobre cultura; apresentei uma moção de apoio a um grupo de teatro que foi discriminado, que foi prejudicado no seu trabalho em alguns municípios do estado, assim como prejudicada sua população, na medida em que não teve acesso à cultura, à arte, ao teatro... Ontem, aqui na Assembleia Legislativa, a moção que apresentei foi também prejudicada, porque lhe foi pedido destaque e foi feito um debate aqui sobre se deveria ou não apoiar um grupo e um movimento cultural que acontece no estado de Mato Grosso do Sul. Pois vim aqui hoje, senhor presidente, reapresentar a mesma moção para que continuemos esse debate. E quero aqui assumir um compromisso com a cultura do estado do Mato Grosso do Sul: nós vamos apresentar quantas moções, quantos requerimentos forem necessários, para fazermos um debate sério sobre a cultura e sobre a arte no estado. E aqueles que forem contra, terão realmente de se manifestar, terão de votar contra, e cada cidadão sul-mato-grossense saberá quais deputados são favoráveis e quais deputados estão trabalhando contra a cultura. Assumo aqui esse compromisso com o povo do estado de Mato Grosso do Sul, em especial com quem vive, com quem trabalha na cultura. Nós precisamos tratar a cultura com seriedade. A moção que ontem foi rejeitada e que hoje apresento novamente, para que continuemos esse debate, diz respeito a uma peça teatral que foi rejeitada nalguns municípios do estado por carregar no seu título a palavra *trans...* *Trans* de *trânsito*, de trânsito pelo estado de Mato Grosso do Sul! Uma peça de teatro, deputado Zé Teixeira, que circula por Mato Grosso do Sul há vinte e quatro anos — mas que agora foi rejeitada! Essa peça já ganhou prêmios fora do estado, e tem investimento do governo do estado. Os prefeitos ignoraram o recurso que o governo investiu em cultura nos municípios. Nós não podemos aceitar isso: é nosso papel, é nosso dever fiscalizar se os recursos estão sendo gastos de maneira correta! É meu dever. É meu dever enquanto parlamentar. E nós não podemos aceitar que o que foi feito com recurso do estado seja simplesmente ignorado e que a população seja prejudicada. Pois não, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputada, eu faço o aparte a Vossa Excelência sem muito conhecimento do que vou perguntar. Pessoas disseram — da Prefeitura de Amambai — que tinham visto a programação dessa peça de teatro, onde se anunciava que a peça se desenrolava de uma forma, mas que quando foram ver: era de outra forma — digo isto se for o mesmo assunto de que Vossa Excelência está tratando, se não, retiro o aparte... Mas aí quando foram ver, o prefeito de Amambai suspendeu a peça, não aceitou que a encenassem lá. Eu não sei se é o mesmo caso de que trata Vossa Excelência, porque, repito, meu aparte é feito sem um pingão de conhecimento do que se trata; mas, como estive na Prefeitura de Amambai, por lá ouvi esse comentário e o próprio prefeito confirmou. De novo: não sei se o que digo tem a ver com o que Vossa Excelência está tratando, mas houve alguns municípios que, ao ver o que ia ser apresentado, suspenderam a peça. Se não for isso — está retirado o aparte.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, vou esclarecer isso para o senhor. O Grupo Trans, que é um grupo aqui de Campo Grande, que trabalha há trinta anos, apresentou uma peça sobre uma moça do interior que vem para Campo Grande no ano de 1950, a história se passa na década de 1950. É uma adolescente que se apaixona por um jovem, que por sua vez não se apaixona por ninguém, e pela qual um terceiro se apaixona [*fala fora do microfone do deputado Zé Teixeira*]... Não, nessa história a mulher não vai embora de barco, deputado Zé Teixeira... A história tem um final, deputado Zé Teixeira, emocionante! E que nos faz refletir sobre várias situações. Pois é isto, deputado Zé Teixeira, a peça conta uma linda história da década de 1950, e eu o convido a assistir. Em nenhum momento ela fala sobre qualquer diversidade sexual, em nenhum momento a peça fala sobre isso. O *trans* do nome do grupo significa "trans" de *transformação* e de *trânsito*, justamente porque eles estão em trânsito pelo estado. Lá em Amambai, uma pessoa completamente sem informação criou uma *fake news*. Num áudio, uma pré-candidata a vereadora da extrema direita fez uma *fake news* dizendo que esse grupo teria relações com a transexualidade, com a diversidade sexual... E vejam, acho que esse debate merece uma atenção especial, inclusive sobre o viés da Constituição, porque uma mulher trans tem todo o direito de adentrar uma escola, de dar aula, de estudar e de tudo o mais, tem direito inclusive de estar aqui nesta tribuna como deputada: todos esses são direitos das pessoas trans. Mas não é sobre isso que estamos falando aqui hoje, nós estamos falando do direito ao acesso à cultura. Em decorrência dessa *fake news* os prefeitos começaram a cancelar a peça. E mais do que isso, deputado: as pessoas, induzidas pelas *fake news*, passaram a ameaçar os componentes do grupo em suas redes sociais, e de forma violenta. O grupo passou a não ter segurança nesses espaços. Diante disso, qual era a responsabilidade do poder público? Garantir a segurança, garantir o direito das pessoas, das cidades, do seu acesso à cultura. Eu poderia aqui questionar afinal com base em quê o prefeito cancelou isso, qual foi sua base legal, porque essa decisão não está baseada na Constituição. A moção que ora apresento é uma moção de apoio a esse grupo (e não só a esse grupo), é uma moção de apoio a um grupo que está fomentando a arte e a cultura no estado de Mato Grosso do Sul. Eu a estou reapresentando aqui, porque ontem foi pedido destaque da nossa moção, foi feito todo um debate; inclusive um deputado questiona aqui o artigo

19 da Constituição, que diz que é vedado ao Estado, à União, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Acho que só com isso daqui já dava para fazermos um belo debate sobre essa situação, uma vez que esse grupo foi realmente objeto de discriminação da parte de outros grupos. Poderíamos utilizar esse mesmo artigo para dizer que o Grupo UBU foi prejudicado e foi desrespeitada a Constituição. Ademais, o artigo 5º da Constituição diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Não foi assim que o grupo foi tratado. Portanto, a Constituição brasileira não foi respeitada nessa situação. O artigo 5º da nossa Carta Magna também diz que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Pois o grupo não teve o seu direito de liberdade de expressão garantido. Mais uma vez a Constituição brasileira não foi respeitada! O seu artigo 215 diz que nós temos de garantir a democratização do acesso aos bens da cultura e a valorização da diversidade étnica e cultural. Mais uma vez nós não respeitamos, segundo a Constituição, o direito do livre acesso à cultura para essas pessoas. E ontem aqui quatro deputados votaram contra: deputados Antonio Vaz, do Republicanos; Coronel David e João Henrique do PL; e Lidio Lopes, do Patriota. Votaram conosco: deputados Junior Mochi, Londres Machado, Pedro Kemp e Pedrossian Neto. A partir de agora nós vamos então divulgar para a sociedade as pessoas que estão sendo favoráveis e quais estão sendo contrárias ao acesso à cultura. Esse é o compromisso que assumo com o povo de Mato Grosso do Sul. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra o nobre deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Colegas parlamentares, público que nos assiste. Ouvi atentamente a fala da deputada que me antecedeu na tribuna. Pois quero lembrar a Vossas Excelências alguns pontos específicos do nosso Regimento Interno. Sempre foi uma dúvida nesta Casa, deputado Zé Teixeira, por que que o quórum para se aprovar uma moção, deputado Professor Rinaldo, é mais alto do que o quórum para aprovar uma lei ordinária geral. Como se sabe, aprova-se uma lei ordinária por maioria simples — há o da maioria absoluta para algumas matérias... Mas percebam que o quórum da moção de apoio, da moção que externa um apoio indeterminado, indefinido, indistinto, eterno a determinados segmentos, este quórum, deputado Professor Rinaldo, é de quatro quintos. Quando cheguei a esta Casa, nós derrubamos uma moção do deputado Pedro Kemp, ao então ministro da Justiça do governo Bolsonaro, justamente pela questão do quórum. Até comemorei aquilo, porque foi uma vitória, porque conseguimos derrubar uma moção do PT apenas pela questão do quórum. Mas achei estranho, deputado Zé Teixeira, porque muitas vezes a moção tem um quórum elevado, da maioria simples, e no entanto

acaba sendo julgada prejudicada, rejeitada, por não atingir o quórum necessário para sua aprovação. Achei estranho e fui estudar a questão... E não é só a Assembleia Legislativa que possui esse quórum, adotam-no também outras casas de leis e o Congresso. Por quê? Porque a moção de apoio, sem um quórum altíssimo, violaria o princípio da colegialidade, porque esse apoio não é do mandato. Se é individual, OK, venha aqui, apoie, defenda, discuta conosco... Mas quando o que vai à frente é o nome da Assembleia Legislativa, para apoiar um grupo (independentemente de qual segmento seja), é como se esta Casa implicitamente cancelasse todas as ações subsequentes que este grupo viesse a praticar. Ou seja, uma moção de apoio desta Casa é uma espécie de aval a qualquer tipo de evento protagonizado pelo grupo objeto dela, e devemos nos precaver, por maior legitimidade que tal grupo possa inspirar à Casa. Por isso o nosso legislador, por isso o nosso constituinte interno aqui estabeleceu um quórum de quatro quintos: altíssimo. Ou seja, se a sua reivindicação, deputada Gleice Jane, por mais legítima que seja, não atingir esse quórum (e o legislador sabiamente previu esse quórum), não terá ela o apoio maciço da Casa, o apoio a um grupo, a uma questão singular. Então, é muito peculiar essa questão do quórum, vide o que diz o artigo 19 no seu inciso, salvo engano, II ou III, que diz que nós não podemos criar diferenças nem estimular preferências. Os questionamentos que eu quero fazer estão nos editais da Fundação de Cultura, deputado Zé Teixeira, do estado de Mato Grosso do Sul. Vai haver, por exemplo — e aqui ninguém me falou, deputado Zé Teixeira, está aqui [*o orador exhibe um folder*] —, no município de Dourados, a mostra "LGBTodes: Janelas da Diversidade", financiada com recursos públicos, que são escassos. Recebo aliás da população de Dourados muitas reivindicações da saúde, muitas reivindicações básicas que não estão atendidas... E está aqui a programação, com os filmes "Se Trans For Mar", "Corpolítica", "UYRA - A retomada da Floresta", "Ferro's Bar", entre outros. A entrada para ver esses filmes, financiados com dinheiro do estado, será gratuita, e os filmes selecionados da mostra, de transformação, podem ser vistos por todas as pessoas, sem classificação etária. Sem classificação etária, o que é pertinente a qualquer programação, por mais banal que seja, conforme diz o Ministério da Cultura. Entretanto recomenda-se que menores estejam acompanhados dos responsáveis. Quanto ao que se alega relativamente a esse grupo, o UBU, de que o *trans* é de *transformar*, de que houve *fake news* com o grupo, que houve uma injustiça, a gente tem de olhar aquilo que já foi feito no passado. Ah, não, esse *trans* não é de ideologia de gênero, não é da cultura... Mas percebam aqui: dia 23 de fevereiro de 2004: "Começa nesta sexta-feira o projeto cultural "UBU Trans Erê - Identidade em Trânsito", com apresentação de espetáculo teatral, etc. etc."... E aí conta-se a história... Pode ser que essa mostra do mês de maio não seja isso, mas é uma pauta do grupo, é uma pauta que conseguiu amearhar, para o projeto "UBU Trans - Transformando Caminhos e Fronteiras", do poder público, 219 mil reais! Então percebam: será que estão tão oprimidos assim?!... Porque há muita cultura boa, muita cultura que eu gostaria de ver disseminada nas escolas que não conseguem ser contempladas nos editais da Fundação de Cultura. Vejamos outro caso. "Drama Queen" arrecadou do governo do estado 209 mil reais. Projeto "UBU Trans - Transformando Caminhos e Fronteiras", como já citei, 219 mil. Que mais?... "Treino da Raba" arrecadou do estado 76 mil reais.

"Parada da Cidadania LGBT", que foi cancelado, a previsão era de 234 mil reais. Então, com todo o respeito: se o estado está apoiando o "treino da raba", se a pauta do governador Eduardo Riedel, do seu secretário é apoiar o Grupo UBU, parabéns. Se há representantes aqui dentro que querem ver esse tipo de espetáculo financiado com recurso público, parabéns, é sua pauta e eu respeito. Agora, eu fiz aqui dentro desta Casa, deputado Antonio Vaz, deputado Zé Teixeira, uma discussão técnica, afirmando que um quórum baixo para moção de apoio violaria o princípio da colegialidade. Não é porque esta Casa não aprovou a moção, que esse grupo já não esteja devidamente contemplado: o segmento está contemplado, o estado está colocando recursos. Agora, eu fiz uma discussão, deputado Zé Teixeira, puramente técnica, constitucional e legal. Apenas isso. Acho que 90% da Casa, acho que quatro quintos dela não querem essa aprovação. E verdade que muitos não votaram; apesar de o resultado ter sido favorável (foi 5 a 4), muitos colegas preferiram não enfrentar a discussão. Quanto a mim, se for esta a discussão, eu topo...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito-lhe o aparte e gostaria que Vossa Excelência, deputado Zé Teixeira, fosse a essa mostra LGBTodes aqui em Dourados e depois compartilhasse suas impressões sobre o estado estar financiando um projeto tão relevante quanto esse de Dourados.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, Vossa Excelência faz um esclarecimento muito perfeito! E eu, como deputado de Dourados, fiquei com inveja de Vossa Excelência. Porque para esses assuntos de que fala Vossa Excelência não me procuram, não. Se o senhor perguntar pra mim onde que fica a Secretaria da Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, eu não sei; quem que é o secretário, também não sei; e com oito mandatos nunca recebi nada, nem um centavo. E acho, pelo que Vossa Excelência falou aí, era muito melhor criar nas escolas cursos de teatro, com pessoas decentes ensinando as crianças, com esse dinheiro, do que fazer o que Vossa Excelência está colocando aí. Eu não tenho acesso a isso, nunca procurei saber disso, mas quanto a esse tipo de investimento em parada gay, nesse tipo de coisa que fazem em São Paulo — não tenho nada contra. Nada contra. Inclusive nós não podemos cuspir pra cima que cai no rosto, que eu tenho na família... Então não tenho nada contra... Mas eu não tenho coragem de assistir. Acho que a vida segue, cada um tem sua forma ser, sua forma de tocar a vida, a diversidade é um dado da realidade. Em todo caso, acho que o que Vossa Excelência colocou aí é muito importante, eu também vejo que esse tipo de investimento não é benéfico, que a coisa está mal investida. pelo que Vossa Excelência está colocando aí. Mas eu sou alheio a isso; em oito mandatos eu nunca arrumei um centavo na cultura, nunca arrumei um centavo no esporte, nunca: eu mexo com outras coisas. Eu mexo com ponte, com estradas, com o dinheiro da saúde, com o dinheiro da educação, com o dinheiro daquele que tem uma história na vida e que está lá jogado num asilo, às vezes precisando de uma fralda... Eu participo é disso. Participo da Pestalozzi, participo da Juliano Varela, participo de outro mecanismo. Essas culturas que parecem cultura, mas que não são cultura, disso eu não participo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte, deputado. Gostaria apenas de fazer uma retificação na minha fala: quanto a esse espetáculo *gratuito*, financiado com editais do governo do estado, desse grupo, eu citei 2004, mas é 2024, a matéria é do dia 23 de fevereiro de 2024. Mas, deputado Zé Texeira, Vossa Excelência fala da cultura... Mas aí eu quero dizer uma coisa: quanto a esses recursos distribuídos por questões culturais, quero dizer que cada segmento tem, deputado Zé Teixeira, o direito de reivindicá-los. Mas, por exemplo, hoje, deputado Zé Teixeira, por coincidência, recebi em meu gabinete um representante de um segmento religioso, de uma festa grande paroquial, tradicional da nossa Capital, que todos os anos arrecada em prol da construção de uma igreja mais ou menos 800 mil reais, evento pelo qual passam milhares de pessoas; e no entanto o apoio do governo do estado, este ano, a esse evento, através da Fundação de Cultura, é para... quatro atrações!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permite um aparte, deputado?...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Com todo o respeito, presidente (apenas para concluir)... Apenas para que Vossa Excelência tenha, deputado Zé Teixeira, uma ideia dos editais que são colocados à disposição da cultura, dos valores... O apoio do governo do estado a essa festa, que literalmente pára Campo Grande (não vou citar o nome da festa), este ano, se limita a quatro atrações, que não devem custar, somadas aí, mais que quinze, vinte mil reais. Isto para Vossa Excelência ter uma ideia da discrepância entre esse valor e o meio milhão que citei há pouco desses editais aqui. Acredito que a maioria dos parlamentares, e do público, que é o dono do dinheiro, do recurso, não gostaria de ver 500 mil reais distribuídos para esse tipo de programação, que sequer dão retorno, a não ser retorno cultural para o segmento que se sente representado, o que é legítimo. Concedo um aparte ao presidente da Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pedi para o deputado Pedro Kemp assumir a presidência para que eu pudesse falar. Esse debate começa com uma moção que foi rejeitada, apesar de ter tido quatro votos contra e cinco a favor, moção de apoio a um grupo de teatro. Bem. Primeiro precisamos entender que o teatro é todo um universo, e com diversos tipos de peça. Veja que quinhentos anos antes de Cristo, na Grécia, de maneira jocosa retratavam-se as guerras, retratava-se Atenas, retratava-se enfim aquele período com muito mais conteúdo, e sob formas diversas, e num número muito superior ao que se verifica hoje, dois mil anos depois de Cristo. Se tomarmos as tragédias gregas, se tomarmos o teatro do período romano, que era feito no Coliseu e em outras praças públicas, algumas pessoas sectárias que hoje se escandalizam com o trans, ou por homofobia ou por conservadorismo, se tivessem o poder à época (num exercício de imaginação) certamente interditariam o teatro na cidade antiga — espetáculos que eram realizados em praças públicas! Mas hoje, vejam vocês, estamos discutindo um grupo de teatro que procura retratar uma parcela da sociedade, para a qual muita gente tapa os olhos e querem negar existência, ou são contra. A gente precisa respeitar a diversidade, respeitar as diferenças, respeitar a Constituição... Veja que Vossa Excelência citou várias vezes o termo *edital*. O governo não patrocinou o grupo "A" ou o grupo "B". Mesmo o governo do ex-presidente Bolsonaro

concedeu patrocínio para esse tipo de grupo, porque não é o governante de turno (enquanto indivíduo) que escolhe, é institucional a coisa. O governo publica o edital, deputado Zé Teixeira, e o grupo de teatro, a empresa, o cantor, o artista que preenchem os requisitos, que participam do edital, que ganham o certame, conquistam o direito àquele recurso. O governo não pode a seu bel-prazer dizer "esse tipo de evento eu não vou patrocinar", e se fizer isso, estará descumprindo a Constituição Federal. Então, eu quero contribuir exortando a todos que temos de abrir nossos corações, temos de entender que existem diferenças e elas devem ser respeitadas. Você não precisa promover aquilo com que não concorda, mas precisa respeitar as diferenças: a diferença é inerente à condição humana.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Gerson Claro, presidente da nossa Casa. Em tempo, gostaria de dizer a Vossa Excelência que este deputado respeita qualquer tipo de diferença, de divergência; e todo debate que faço está conectado com a realidade. No caso do segmento cultural em tela, deputado Gerson Claro, é preciso entender a dificuldade que é, por exemplo, para os músicos, para as pessoas da cultura, participar e mais ainda ganhar um desses editais. Vossa Excelência talvez tenha uma interlocução com o governo em níveis que este deputado não tem, mas a mim, por eu ser oposição, muita coisa me chega, muita queixa de músico. E eu lembro muito como que funcionaram esses editais durante a pandemia. Concordo que existam segmentos, minorias que possam ser representados, e que são legítimos. Aliás eu usei a palavra *legitimidade* antes mesmo de Vossa Excelência a mencionar. Agora, o senhor vai me desculpar, eu não concordo que o governo, detentor do edital, quem direciona o edital, quem dá o caminho do edital, possa privilegiar certos segmentos, certos programas, enquanto outros ficam interiormente desatendidos. Então Vossa Excelência me desculpe, mas quando somo...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Permito o aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu não tenho diferenças com nenhum segmento, só disse que a alguns eu sou alheio. Quanto ao que Vossa Excelência está colocando, os editais são abertos, as pessoas vão lá e ganham. Agora, o que Vossa Excelência questiona aí, e com razão eu acho, são valores. Valores. Vossa Excelência menciona um caso aí de um evento, da enorme quantidade de trabalho para angariar recursos, e que no final das contas recebe do poder público apenas quinze, vinte mil, contrastando-o com outro que recebe duzentos e poucos mil..

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quinhentos mil.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim, mas em vários editais... E o governo não tem como controlar. Eu se fosse governo, evidentemente não ia proibir nenhum segmento, "A", "B" ou "C", de participar, de fazer os seus eventos. Mas eu entendo, o que Vossa Excelência colocou aí é a diferença de valores entre os investimentos, quando é para um segmento e quando é para outro. Vossa Excelência

não citou o nome da festa, mas com certeza deve ser da Padroeira de Campo Grande (uma festa com quatro eventos) e com valores, como referiu Vossa Excelência, pífios, com pouco investimento — mas com certeza deve ter sido o valor do edital. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado, pela fala, deputado Zé Teixeira. E vou além; quando se observa apenas esse edital aqui, meio milhão dele está indo para esse segmento! O que eu quero dizer é o seguinte. Pergunte à população que está sofrendo, independentemente de questões de diversidade, se ela não gostaria de ver esses 500 mil empregados na compra de medicamentos — ainda que esta responsabilidade seja do gestor municipal, mas a população não entende, para ela é do Estado, é da União, é do Brasil. Pergunte-lhe se ela quer ver 500 mil financiando um evento desses ou se ela queria ver esse montante sendo empregado em prol do bem-estar da sua comunidade. Pergunte ao eleitor, na ponta, se ele gostaria de ver o governo do estado de Mato Grosso do Sul ultrapassando 1% do nosso investimento orçamentário só na Fundação de Cultura, maior que o de uma secretaria, para financiar esse e outros editais, no lugar de vê-lo resolvendo os problemas que chegam aos nossos gabinetes. Tanto é verdade o que estou falando, que o governador Eduardo Riedel promoveu uma alteração nesse sentido, reduzindo esses orçamentos. Agora, é inaceitável ouvir que, ao participar desse debate, estamos estimulando discriminação, que estamos fazendo *fake news*, que o grupo não representa isso, que não representa aquilo, que não viola a colegialidade desta Casa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concede um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Só um momento, já concedo o aparte a Vossa Excelência... A discussão que faço aqui, com todo o respeito, deputado Zé Teixeira, é nesse nível, eu apenas estou justificando a minha posição. Se há algum parlamentar aqui dentro que representa segmento diferente do meu, eu respeito. Mas se eu pedisse aqui, para um segmento meu, o apoio da Casa inteira, creio que a deputada não apoiaria, votaria contra e acabou: e estaria derrubada a moção. Concedo o aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado João Henrique, eu acho que esse debate não estaria acontecendo se a deputada Gleice Jane apresentasse uma moção de apoio a um grupo de teatro que apresentasse a peça do Chapeuzinho Vermelho, do lobo mau e da vovozinha. Essa que é a verdade, vamos ser honestos! A questão que causou polêmica é porque a peça se chama "UBU - Trans". A deputada exaustivamente explicou que esse *trans* não se refere a *transsexual*, mas a *transformação*, a *trânsito*. Essa polêmica foi gerada aqui justamente por conta dessa interpretação equivocada do nome da peça. Agora, se o governo financia o grupo "A", "B" ou "C", é porque esses grupos se inscrevem quando há um edital de financiamento de projetos culturais; as pessoas concorrem, recebem o recurso e aplicam da forma como está no projeto. Agora, contra esse tipo de polêmica em torno dessas interpretações equivocadas, sugerindo que esse *trans* seria *transsexual* e que esse tema poderia aí, de certa forma, estar sendo trabalhado junto às comunidades — eu só quero

trazer um dado aqui. Em 2023, cento e cinquenta e cinco transexuais morreram no Brasil! Cento e quarenta e cinco foram assassinados! E dez cometeram suicídio. Isso para dizer que discursos que caminham nessa direção, de querer condenar, de querer repudiar pessoas transexuais, geram esse tipo de coisa. O ódio, a intolerância contra essas pessoas faz com que elas sejam assassinadas, muitas vezes com requintes de crueldade. Eu sei de um caso de uma transexual assassinada com trinta facadas! Trinta facadas! Esse é um comportamento de quem odeia, de quem não aceita. Agora, nós estamos numa época em que precisamos entender, aceitar e respeitar a diversidade existente na sociedade.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir, deputado, acabou o tempo do aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, eu quero dizer o seguinte: esse tipo de discussão só contribui para o aumento da intolerância, da discriminação e da violência contra as pessoas LGBTQIA+. Elas existem! E elas têm de ter o direito de viver com dignidade, sem serem desrespeitadas na sua dignidade de pessoa humana. Então eu acho que é um tipo de debate que não contribui...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Seu aparte acabou, deputado. Concedo o aparte ao deputado Caravina.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ...só aumenta ainda a intolerância em relação a essas pessoas.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado João Henrique, sem entrar no mérito da questão da pauta conservadora — é direito de cada um ter o seu posicionamento com relação aos costumes, etc. —, gostaria apenas de fazer uma defesa com relação ao governo do estado, até porque me sinto nessa obrigação (como ex-secretário de Governo acompanhei o trabalho na cultura). O governo Eduardo Riedel tem fomentado a cultura em todas as áreas, e de forma muito forte, seja no segmento evangélico, em eventos evangélicos, seja no segmento católico, em peças teatrais, em todas as áreas: tem feito uma diferença muito grande. Cito como exemplo um caso, da nossa querida Paranaíba, seu celeiro eleitoral. Festas importantes aconteceram lá, com fomento do estado, de portões abertos à população. Porque o estado fomenta também atrações naquela localidade, seja envolvendo artistas locais, seja envolvendo artistas nacionais, fomentando a cultura — é apenas um exemplo. Eu acompanhei bem de perto isso. Como bem assinalou o presidente Gerson Claro, os editais são abertos para apresentação, e não cabe ao governo analisar detalhadamente que tipo de peça será apresentada. Ele fomenta a cultura, os editais são apresentados, destinados os valores... E aí, quando se fala em orçamento, não dá para misturar recurso que é da saúde com o da educação, e há recursos que são destinados à cultura, a eventos culturais, ao fomento da cultura. E esse recurso é importante, porque além de fomentar a cultura ele fomenta também a economia, gera emprego, gera renda, anima um setor



que gera investimento para o estado. É isso, só queria fazer essa defesa nessa questão, sem entrar no mérito da pauta conservadora.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência. Apenas para deixar claro, nós temos no estado de Mato Grosso do Sul hoje três feminicídios por semana: um aumento de 66%. Então, deputado Caravina, a violência independe da questão de gênero: morte é morte, são pessoas que estão morrendo. Eu nunca segmentei, nunca dividi isso; acho que isso tem de ser apurado, investigado; qualquer crime que aconteça em Mato Grosso do Sul, para mim é uma vida que se perde. Quem controla os editais, deputado Caravina, quem direciona os editais, quem os segmenta é o próprio gestor da Pasta (no caso, a Fundação de Cultura, responsável por gerir esse orçamento). Então, a questão que eu quero colocar aqui, deputado Caravina, é que nós temos, por exemplo, eventos de tiro esportivo, eventos não contemplados por esses editais — convenho que eventualmente o governo possa ter mandado um apoio, uma tenda, um gerador de energia... mas não sei, não é esse o questionamento. O que eu quero dizer é que a população que sofre, que agoniza, quando você lhe mostra aonde está chegando o recurso (na ponta), a grande maioria não concorda com a realização desse tipo de edital, quando muito acha que esses editais deveriam contemplar a todos os segmentos. Não me parece razoável vir aqui dizer que o grupo "A" ou "B" está sendo perseguido, quando verdadeiramente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, para concluir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...(para concluir, senhor presidente) quando verdadeiramente o que está havendo é um apoio a um segmento que poucos outros setores da sociedade têm, segmento que está recebendo 219 mil reais! E perceba, deputado Caravina, ser secretário de estado é uma coisa, ser deputado estadual é outra. Experimente arrumar 250 mil para uma Juliano Varela, e Vossa Excelência vai perceber a dificuldade que é. Esta que é a diferença, este que é o questionamento. Então, apoio eles estão tendo. Agora, perseguição?!... Ah, pelo amor de Deus! Cada um tem a sua bandeira para defender aqui. Não queiram empregar a Assembleia Legislativa inteira como escudo para defender uma minoria, propagando a maior das *fake news*: que esse grupo não está recebendo apoio. Está, sim, recebendo apoio do governo do estado!... Porque esse foi um dos editais que eu peguei, fiscalizei — e ali encontrei apoio ao Grupo UBU Trans, ao "Treino da Raba", ao "LGBTodes", entre outras pautas que tenho certeza a maioria da população, que são os meus funcionários (sic), não gostaria de ver.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, por gentileza, para concluir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Já concluí, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro (PP) — Ainda no Grande Expediente, pelo livro de inscrição, com a palavra o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de treze minutos, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente, demais colegas, senhores que prestigiam esta Sessão e quem nos acompanha através da rádio e da TV. Senhor presidente, eu fiz questão de, nesse pouco tempo que nos resta (mas suficiente), falar de uma audiência pública da qual participei ontem, em Terenos, a convite do vereador Sílvio, que tratou da possibilidade da implantação do "Sistema Municipal de Esportes". O governo federal sancionou no ano passado a Lei nº 14.597, a Lei Geral do Esporte. Fizemos uma audiência pública, nesta Casa, com a presença do Marcelo Miranda, também do presidente da Fundesporte, Herculano, ex-colega nosso, e de alguns vereadores representando vários municípios. Essa lei do esporte, senhor presidente, que possibilita a criação de um sistema, tanto estadual quanto municipal, é fundamental. Primeiro porque esporte é vida; segundo porque o esporte é uma ferramenta para o cidadão, principalmente para as crianças, para prevenir um grande número de mazelas: a questão da violência, a questão da dependência química, etc. Portanto, investir no esporte é investir na formação da nossa juventude, nos futuros cidadãos. Pois ontem, como dizia, houve uma audiência pública... também a convite de um doutor na área, o professor Rodrigo Terra, que foi presidente da Fundação de Esporte aqui de Campo Grande, que foi a primeira capital do país a criar o sistema municipal — a segunda foi Curitiba, sendo que apenas Paraná e Minas Gerais o adotaram. Esse sistema é um importante instrumento para que criemos uma política perene no que diz respeito ao esporte. Não basta ser uma "política de governo", porque os governos passam e o estado permanece. Então, às vezes, por uma questão de divergência ideológica, um prefeito ou governador que têm projetos importantes veem seus sucessores chegarem e mudar tudo. Temos exemplos disso aqui mesmo no estado... E aí, com todos o respeito aos demais que nos antecederam na área, mas o Marcelo, por exemplo, assumiu a Fundesporte e fez um belo trabalho: com poucos recursos fez de um limão uma bela de uma limonada, possibilitando a disseminação do esporte em todas as áreas dos nossos 79 municípios. E aí, com essa audiência pública que fizemos, com a representatividade do Conselho Federal de Educação Física, com doutores da Universidade Federal, de outras instituições, com representantes de associações, com esportistas, tivemos a oportunidade de fazer um documento, o qual entreguei em mãos ao governador Eduardo Riedel, no dia 14 de março. Esse documento é a minuta de um projeto, porque a prerrogativa não é desta Casa, a iniciativa é do Executivo de mandar à Assembleia, criando um sistema estadual de esporte, embasado na dita Lei nº 14.597, sancionada no final do ano passado pelo presidente Lula. Portanto, senhor presidente, a ideia é justamente permitir que, assim como existe o SUS, o Sistema Único de Saúde — criado em 1988 e reformulado em 1989, que é um exemplo não somente para todos nós brasileiros, mas para o mundo inteiro —, haja também algo no mesmo formato para o esporte. A União, como se sabe, cuida do macro. Por exemplo, quando há uma pandemia, é a União, é o Ministério da Saúde que se encarregam da logística de maior escala — a questão da vacinação é responsabilidade da União. Aos municípios toca cuidar da saúde básica, da saúde primária, enquanto que aos estados incumbe cuidar da média e da alta complexidade. O Susp, o Sistema Único de Segurança Pública: da mesma forma. O Suas, o Sistema Único de Assistência Social, também. Na educação,

outro exemplo, o município cuida das séries iniciais; o estado cuida do ensino médio; e a União cuida das universidades — é assim que a coisa que funciona. Só que no esporte não há essa estratificação, não há esse sistema implantado. Não há mas deve haver, pois isso nos possibilita, Caravina — Vossa Excelência que faz parte da nossa comissão (infelizmente não pôde estar na nossa audiência pública) —, isso nos permite uma política pública perene. Nesse fundo do esporte, por exemplo, pode haver recurso do próprio ente federativo, assim como pode também ser captado da iniciativa privada. Então, na medida em que criarmos tal sistema aqui no estado, o governo Eduardo Riedel vai passar e o seu sucessor terá de continuar com essa política. Portanto, fizemos ontem uma audiência pública, deputado Zeca, na Câmara de Vereadores de Terenos; audiência importante, o prefeito apoiando a ideia; os vereadores também ali presentes; e com a presença também de representantes de várias modalidades do esporte do município. A ideia é disseminar isso, como já existe em Campo Grande, por todo o estado. O governador Eduardo Riedel, me parece, sensibilizou-se com a causa, tanto que pediu para sua equipe jurídica analisar a questão. Então, assim como já se deu no Paraná e em Minas Gerais, a ideia é que Mato Grosso do Sul seja o terceiro estado da Federação a criar o "Sistema Estadual de Esporte e Lazer", para que tenhamos uma política perene, estruturada, capaz de ajudar nossa juventude a se distanciar da tentação de tantas coisas ruins. O governo já tem ajudado muito o esporte, a secretaria tem feito um belo trabalho, é verdade, mas, com a criação do sistema, teremos algo organizado, com os entes trabalhando de forma integrada em prol do mesmo tema, cada qual na sua parte. O fundo é o gestor que vai tocar; teremos aí a representatividade das entidades no conselho estadual e, conseqüentemente, nos conselhos municipais; e assim, de forma harmônica, com cada qual cuidando da sua área, mas com um único objetivo, que é cuidar do esporte e do lazer, nós teremos a oportunidade de avançar ainda mais nesse tema tão importante aqui no estado. O prefeito Henrique se responsabilizou por fazer esse debate com a associação de cada uma das entidades locais e levar isso para a Câmara num espaço curto de tempo — e com certeza este será o segundo município do estado a implantar "Sistema Municipal de Esporte". Esperamos, com a entrega desse documento ao governador, que ele possa nos encaminhar o projeto — prerrogativa, como disse, do Executivo — para que esta Casa possa avaliar o texto e com certeza aprová-lo. Não tenho dúvida que, embasados na Lei nº 14.597, sancionada ano passado, a Lei Geral do Esporte, haveremos de ser o terceiro estado da Federação a criar esse sistema. Era apenas esse relato, senhor presidente, que gostaria de trazer a esta Casa, desta audiência pública que fizemos, que foi um sucesso. Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaríamos de registrar e agradecer a presença: do Claudião, Cláudio Ferreira da Silva, vereador do município de Jaraguari. Bem-vindo à nossa Casa, Cláudio. Também do senhor Saule Vígano, perito criminal da Polícia Científica; Alexandre Barbosa, presidente do Sinpol; Leideiane da Silva, vereadora de Santa Rita do Pardo; senhor Edgar de Lima, vereador município de Figueirão; e senhor Luís Carlos Prado, vereador também do município de Santa Rita do Pardo. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa da democracia. Não



havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Feita a verificação de quórum. Passemos ao Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 079/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Declara a Utilidade Pública da Associação de Desenvolvimento Rural do Beira Rio dos Produtores Rurais de Coxim, com sede no município de Coxim." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 79/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PP) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente... Para agradecer o apoio dos colegas na aprovação desse projeto. Recentemente essa associação recebeu uma emenda parlamentar do deputado federal Geraldo Resende; está sendo construída uma indústria de beneficiamento de mandioca lá na Colônia São Romão, em Coxim. Extremamente importante essa declaração, para que a instituição possa obviamente gozar dos benefícios fiscais e também auferir recursos de outras fontes. Então, muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 2. Consulto se a deputada Lia Nogueira está no Plenário...

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente. Estou presente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 365/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, a Festa do Aniversário do Distrito de Vila Vargas, a ser comemorado no dia 20 de dezembro de cada ano." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Projeto de Lei nº 365/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 3. Está presente o deputado Lidio Lopes no plenário virtual?...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presente, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 053/2024. Autor: deputado Lidio Lopes. "Estabelece diretrizes para a valorização e o empoderamento da mulher no campo." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por



unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 053/2024, de autoria do Deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 075/2024. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui a Semana de Conscientização do Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o voto, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Só para lembrar, presidente, que esse projeto vem em resposta a um pedido de familiares de pessoas com TDL (Transtorno de Desenvolvimento de Linguagem). O principal objetivo do projeto é promover campanhas educativas e sensibilizar a população sobre o TDL. Quanto mais cedo identificado o transtorno, tanto mais eficaz o tratamento, lembrando que é de suma importância a intervenção fonoaudiológica e o suporte educacional para ajudar a minimizar o seu impacto. É importante divulgar informações sobre esse problema para que os pacientes tenham um melhor tratamento. Aproveito para fazer um pedido ao governador Eduardo Riedel: que ele faça campanhas, que bote em marcha ações para que sejam diagnosticadas e tratadas as crianças com TDL, senhor presidente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 075/2024, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — (em exercício) - deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 21 indicações, 08 moções de congratulação e 01 moção de aplauso. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado professor Rinaldo, em razão do falecimento do pastor Edson Bezerra. Proposta pelo deputado professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Ari Ribeiro Lopes. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Comunico a Vossas Excelências que temos amanhã na pauta o RGA, que já foi votado na CCJR, além de outros projetos de interesse do estado. Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, uma questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Questão de ordem.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para ratificar a Vossa Excelência um pedido que fiz ontem, acerca de um requerimento meu à Cassems

(ontem dei o número dele), para que pudesse entrar em pauta, na Ordem do Dia, amanhã.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência deverá receber um despacho sobre os requerimentos de uma vez só, já que este está vinculado a outro, como é de praxe desta presidência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para lembrar, se me permite, que Vossa Excelência nos autorizou, quando houver demora na tramitação de alguma coisa, a fazer a cobrança em Plenário, para que ela entre na Ordem do Dia. É o que estou fazendo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado, deputado... Nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane . Transferida. Deputado Caravina. Transferida...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para reforçar o convite: hoje à tarde às 14 horas, reunião da Comissão Permanente de Agricultura Familiar, Indígena e Quilombola. Reforço o convite ao deputado Zé Teixeira, ao deputado João Henrique, à deputada Lia, que infelizmente não está, e ao deputado Renato Câmara, que também não está, para encaminharmos assuntos importantes da agricultura familiar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nas Explicações Pessoais, o deputado Zé Teixeira com a palavra, dispondo de dez minutos.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina, antes da fala do deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — No requerimento que apresentei para o Sigo, foi incluída também a assinatura do deputado Zé Teixeira, a pedido de Sua Excelência, assim como ocorreu também quanto ao requerimento encaminhado à Sejusp, relativamente às informações sobre o contrato do Sigo. Só isso.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados... Meu querido amigo Caravina, como Vossa Excelência é delegado, entende do ramo, assim como também entende o David, que foi comandante da polícia, achei por bem subscrever o documento. Porque nós temos de fazer com que aquilo fique claro, o empresário não pode se negar a atender sob alegação de que não foi comunicado — mas recebendo o dinheiro?! Isso aí está errado. Mas eu trago aqui um assunto que nem vai ocupar os dez minutos... É um assunto de



que eu e Vossa Excelência tratamos, uns dez dias atrás, sobre o vale universitário que hoje é o "MS Supera". Bom. Na minha visão, o maior investimento que um governo pode fazer, afora a saúde, que é primordial para as pessoas (e anda um caos no Brasil inteiro; em Mato Grosso do Sul não é diferente) é na educação: para se sair da condição de país emergente para entrar na de um país de primeiro mundo, é fundamental investir em educação. E eu achei muito estranho o que conversamos, eu e Vossa Excelência, com o secretário de Educação, e achei estranho esse projeto não estar na mão dele, afinal ele é o secretário de Educação, o recurso tem de sair da Secretaria de Educação. No entanto está noutra secretaria, parece que "social". E muito me estranha o que ocorreu com uma menina que já concluiu o curso de Medicina, em Três Lagoas, pobre, que tentou se inscrever no "MS Supera". Hoje, como se sabe, é tudo *on-line*, por meio eletrônico o envio de documentos, e ela foi rejeitada pelo plano porque tinha de dar uma cópia física. Eu achei isso muito estranho! Passei isso para a Casa Civil, porque a moça foi aprovada — e precisa! —, já está fazendo residência inclusive. Eu acho que isso é muito mais grave do que o problema sobre o que estávamos conversando; porque quando você qualifica uma pessoa, prepara uma pessoa, ainda mais num curso de Medicina, ela não pode ver seu caminho embarçado — ela acabou de se formar, ela vai tocar a vida dela, salvar vidas e viver em paz. Então, eu gostaria que Vossa Excelência, que esteve comigo tratando com o secretário desse assunto, marcasse uma reunião com essa secretária do projeto, para que possamos desburocratizar. Porque se vai por PDF, por e-mail, o documento tem de ter validade, não há nada disso de cópia de documento para poder ser aprovado. Então, como ia dizendo, passei para a Casa Civil, para o Tuta, e pedi a ele para intervir — porque o documento veio! só que veio por e-mail, e a moça lá queria a cópia física. Eu falei "Oh, Tuta, mas tem validade!". Ou dê-se pra ela mais um prazo de dois ou três dias para que ela traga o documento físico como exigido pela secretaria, mas que não se exclua a pessoa do programa, porque a pessoa precisa. Vou conceder a Vossa Excelência um aparte.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza, deputado Zé Teixeira, importante a sua colocação. Nós estivemos juntos conversando com o secretário Hélio Daher; é um projeto importante, bom, o "Supera MS"; é função nossa também auxiliar a fazer os ajustes necessários para que ele funcione com mais eficiência. Nós discutimos aquele dia também sobre a questão das mensalidades das universidades. O senhor colocou muito bem algumas situações... Como o recurso agora vai para o aluno, tem ocorrido de a universidade não estar recebendo o valor da mensalidade. Ir o recurso para o aluno foi para facilitar o acesso a qualquer curso; havia aquela dificuldade, quer dizer, quando a faculdade recebia o recurso do antigo "Vale Universidade", era ela que escolhia os cursos que ficavam disponibilizados para os alunos, para os universitários. Agora não, agora pode ser qualquer curso. Então foi um avanço; mas precisa de ajuste. E o senhor falou muito bem, uma das quatro diretrizes do estado é justamente a do "Estado Digital", tanto que o acesso ao programa é feito via internet, via digital. Mas também não adianta o processo ser via digital e depois exigir-se o documento físico. Então, eu proponho, com Vossa Excelência, a já fazermos uma agenda agora. Já que o programa está na Secretaria de Assistência Social, visto que o "Vale Universidade" já era da Pasta (programa lançado pela secretária Patrícia Cozzolino), e o "Supera"

também ficou na Assistência Social, eu proponho já fazermos uma agenda com ela e levar esses detalhes, afinal nós trabalhamos aqui como para-choque da população: a população nos procura para nos passar aquilo que não está conseguindo alcançar daquilo que está sendo disponibilizado pelo Poder Executivo. Eu acho que esse é o papel nosso, e coloco-me à disposição para fazermos uma agenda o mais rápido possível lá na Secretaria de Assistência Social para tratar do assunto, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com certeza. Porque quando nós conversamos lá, de fato tocamos nesse ponto, de que o dinheiro ia diretamente para a universidade... Eu não concordo com esse pensamento que seria a universidade que escolheria o curso, porque a pessoa vai fazer um vestibular, e depois que passar na prova do vestibular é que ela vai conseguir o benefício do governo; aí tem de mandar os documentos e ver se se enquadra. Então eu não concordo, deputado Caravina, quando se diz que quem escolhia o curso era a universidade: não concordo! A pessoa tem de fazer o vestibular, tem de ser aprovada em qualquer curso, e depois de aprovada é que vai conseguir o benefício — porque se for reprovada, não há como conseguir o benefício. Então, isso é uma coisa que nós precisamos de ajustar. E para receber o benefício, estava pré-estabelecido que a avaliação seria de seis em seis meses, e eu pedi para reduzir isso para de três em três. Faz-se a avaliação com noventa dias e, antes de o aluno fazer a segunda matrícula tem-se de fazer a avaliação, para não ficar esse tempo tão extenso. Porque você passa o dinheiro para o aluno, ele não paga a faculdade, fica com o dinheiro no bolso, depois abandona a faculdade, aí o governo nem qualifica a pessoa e ainda perde o dinheiro! Então eu acho que o recurso deveria ir diretamente para a faculdade. Falaram que às vezes o aluno precisa do dinheiro para pagar aluguel, precisa para transporte — mas esse recurso não é destinado para esses fins, e sim para a educação, para pagar o curso dele. Como é que ele vai se deslocar até a faculdade, se ele tem ou não tem onde morar, se vai pagar aluguel — aí seria preciso outro programa. Então, eu concordo com Vossa Excelência, deputado Caravina (ainda mais por já ter sido secretário). Então, semana que vem, se Vossa Excelência marcar, nós vamos lá discutir e dar sugestões para desburocratizar, para fazer com que realmente aquelas pessoas que querem estudar, e que se enquadrem dentro do programa, tenham acesso. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos nem mais nada a tratar, esta Presidência dá por encerrada a presente Sessão (11h17min).